



Resolução nº 020/2025, do Colegiado do Mestrado Acadêmico em Ciência e Tecnologia de Alimentos, de 26 de novembro de 2025.

Altera a Resolução nº 015/2019, de 05 de julho de 2019, que estabelece normas para a defesa de dissertação dos discentes do Mestrado Acadêmico em Ciência e Tecnologia de Alimentos/UFVJM.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no uso de suas atribuições estatutárias e considerando o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e regimento vigente do PPGCTA, resolve:

Artigo 1º: Regularizar, em sua área de competência, a Defesa de Dissertação dos discentes do PPGCTA.

Artigo 2º: A defesa pública de dissertação é uma atividade obrigatória do PPGCTA e faz parte do processo para a obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

Parágrafo único: Será permitida defesa fechada ao público, quando a Dissertação for passível de patente e todos os membros da banca examinadora deverão assinar o termo de sigilo sobre o trabalho (Anexo 1) respeitando-se os prazos estabelecidos no Regimento Geral do PPGCTA, em vigência.

Artigo 3º: O trabalho final do curso de mestrado deverá obrigatoriamente constituir-se de uma dissertação redigida de acordo com o Manual de Normatização da UFVJM.

Parágrafo único: O PPGCTA permite que o discente, com anuência do orientador(a), apresente a parte escrita da dissertação de forma parcial ou integral em língua estrangeira.

Artigo 4º: Para solicitar a defesa de dissertação, o discente deverá, obrigatoriamente, atender a todas as exigências do PPGCTA, a saber:

- I. Ter cumprido todos os créditos em disciplinas.
- II. Obtenção de coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 1,0 de acordo com a Resolução do CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), em vigor.
- III. Ter apresentado proficiência/suficiência na disciplina de Língua Estrangeira.
- IV. Ter sido aprovado no Exame de Qualificação conforme a Resolução interna do PPGCTA, em vigor.



- V. Para marcar a defesa da dissertação, para o discente bolsista, será necessário apresentar a comprovação de pelo menos 1 (uma) atividade vinculada ao PPGCTA, entre elas:
1. Participação em ações de extensão (programas, projetos, organização de eventos e prestação de serviços;
 2. Participação em atividades administrativas (comissões, Colegiado e Coselhos).

Artigo 5º: Atendidas às exigências do PPGCTA, o orientador submeterá à aprovação da Coordenação do Programa, a proposta de data e composição de Banca Examinadora da Dissertação.

Parágrafo Único: A Banca Examinadora para a defesa da dissertação deve ser designada respeitado-se prazo mínimo de 20 (vinte) dias para a defesa.

Artigo 6º: A dissertação será defendida perante uma Banca Examinadora composta por 03 (três) membros, portadores do título de Doutor, sendo pelo menos 01 (um) membro externo ao PPGCTA.

§ 1º - A Banca Examinadora, proposta pelo orientador do discente interessado e aprovado pela Coordenação do Programa, terá no mínimo 02 (dois) membros suplentes, sendo 01 (um) deles externo ao Programa.

§ 2º - É vedada a participação simultânea do orientador e coorientador como membros da Comissão Examinadora.

§ 3º - É vedada a participação de cônjuge, companheiro(a) e de parentes, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, em relação ao discente, e de colaboradores da Dissertação do discente, como membro da Comissão Examinadora.

§ 4º - A defesa da dissertação será presidida pelo orientador e, em caso de seu impedimento, pelo coorientador. Persistindo o impedimento, a Coordenação do PPGCTA indicará, entre os membros da banca examinadora designada, um substituto que presidirá a referida banca.

§ 5º - Fica estipulado que a versão escrita deve ser entregue à banca com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência à data de qualificação.

§ 6º - O candidato terá de 30 (trinta) a 40 (quarenta) minutos para apresentação oral de seu trabalho de dissertação.

§ 7º - Cada membro da banca examinadora terá até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato e, a critério do presidente da banca, este período poderá ser ampliado em no máximo 10 (dez) minutos por membro.

§ 8º - A apreciação da banca examinadora resultará em avaliação Aprovado(a) ou Reprovado(a), acompanhada de parecer fundamentado. Em caso de Reprovação, o discente poderá se submeter a nova defesa de dissertação, no prazo máximo, de 120 (cento e vinte) dias corridos.

§ 9º Na defesa de dissertação é possibilitado o formato remoto, presencial ou híbrido.



Artigo 7º: A versão final da dissertação elaborada e aprovada conforme as instruções vigentes, e devidamente encaminhada pelo Orientador, deverá ser entregue na secretaria do Programa e na PRPPG, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data da defesa.

§ 1º - Adotar os procedimentos definidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) para entrega da versão final.

§ 2º O discente deverá enviar uma cópia da ata de defesa e a folha de aprovação para a Secretaria do PPGCTA.

§ 3º A confecção do diploma, pela PRPPG, somente será efetuada após o cumprimento do descrito nesta Resolução.

Artigo 8º: O título de Mestre será conferido ao discente que:

- I. Cumprir todos os créditos em disciplinas e/ou atividades complementares.
- II. Foi aprovado na defesa de Dissertação.
- III. Teve sua ata de defesa homologada pelo CPPG (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação).

Artigo 9º: Caso o trabalho de dissertação não tenha sido submetido à publicação ou publicado após 1 (um) ano da defesa de mestrado e o pós-graduando não demonstrar interesse na publicação, o orientador terá o direito à publicação do trabalho mantendo o nome do discente como primeiro autor.

Artigo 10º: Outros trabalhos eventualmente realizados pelo pós-graduando, nas dependências da UFVJM, sob a responsabilidade de algum docente do PPGCTA, que não forem submetidos para publicação até 06 (seis) meses após a obtenção do título, também terão seus direitos de publicação repassados ao respectivo docente, mantendo o nome do discente como autor.

Artigo 11: Todos os resultados e/ou tecnologias desenvolvidas pelo discente, como parte das exigências do PPGCTA, são de propriedade da UFVJM, exceto em casos onde os dados experimentais tenham sido gerados e/ou obtidos de outra instituição, cabendo nestes casos o estabelecimento de parcerias entre as partes envolvidas com vistas aos direitos de propriedade dos resultados, mediante assinatura prévia de convênio entre os partícipes.

Artigo 12: Os casos excepcionais ou omissos desta Resolução serão apreciados pelo Colegiado do PPGCTA.

Artigo 13: Este Regulamento entra em vigor a partir do semestre subsequente a data de aprovação pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos.



Aprovada na 51ª sessão ordinária do Colegiado do PPGCTA, realizada no dia 26 de novembro de 2025.

Prof. Dra. Monalisa Pereira Dutra Andrade

Coordenadora do Programa de Mestrado Acadêmico em
Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri